

JOÃO BOTELHO LEÃO PARDAUIL

EMPRESARIADO E POLÍTICA NO BRASIL

2011

Curitiba, Paraná

JOÃO BOTELHO LEÃO PARDAUIL

EMPRESARIADO E POLÍTICA NO BRASIL

Monografia apresentada como exigência para a obtenção do título de Especialista em Sociologia Política, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^o Dr. Paulo Roberto Neves Costa.

2011

Curitiba, Paraná

A Deus.

Aos meus genitores João Nunes Pardauil e Silvandra Botelho Leão Pardauil, pelo incentivo à dedicação educacional e pelos apoios morais para conclusão deste percurso de estudos.

RESUMO

O setor da agricultura no Brasil sofreu grandes transformações desde o início da redemocratização do país. Essas transformações baseiam-se em elementos da velha política do Estado (como regulamento de preço ou de subsídios para a produção) e incorporam uma política conjunta com os agentes privados (os empresários rurais), beneficiando tanto os produtores como também o próprio Estado e transformando o paradigma da velha agricultura em um processo muito mais amplo, com a participação no mercado internacional e globalizado.

Essa política de integração beneficia os empresários, que, por meio de apoios governamentais, transformam o aglomerado produtivo em processos industriais de riquíssima viabilidade em termos de exportação. Pode-se considerar que o agronegócio no Brasil, desde a redemocratização, é o setor principal e prioritário nas atividades de beneficiamento do governo, pois é por meio dele que os objetivos de *superavit* primário e de busca de moedas fortes vêm-se tornando possíveis. Esse processo fortalece os empresários e o governo no âmbito da Organização Mundial do Comércio contra barreiras comerciais e tarifárias praticadas por outros países.

Em suma, o agronegócio pode transformar o setor da agropecuária em processo industrial capitalista, por intermédio do Estado e dos agentes que participam dessa cadeia integrada, tendo como principais objetivos um crescimento da burguesia rural e um governo *superavitário*.

Palavras-chave: burguesia rural; política nacional e internacional; benefício social.

SUMARIO

SIGLAS.....	vi
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. POLÍTICA E AGRONEGOCIO NO BRASIL APÓS 1988.....	3
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	33

SIGLAS

ABAG: Associação Brasileira de Agronegócio

ANEA: Associação Nacional dos Exportadores de Algodão

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FMI: Fundo Monetário Internacional

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OMC: Organização Mundial do Comércio

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PIB: Produto interno bruto

SELIC: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SNA: Sociedade Nacional da Agricultura

SRB: Sociedade Rural Brasileira

UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNICA: União da Indústria de Cana-de-Açúcar

1. INTRODUÇÃO

Para compreender o setor do agronegócio no Brasil e suas interações políticas com os agentes envolvidos, como o empresariado e o governo – ou seja, na perspectiva da Sociologia Política –, é necessário considerar como esse assunto foi tratado por especialistas como Boito Jr. (2003), Iglécias (2007) e Heredia, Palmeira e Leite (2010); esses autores analisam o agronegócio, os empresários rurais e sua relação com a política e o Estado no Brasil. Nesse sentido, o objetivo desta monografia é salientar, a partir das estratégias analíticas de cada autor na análise do agronegócio no Brasil após 1988, o papel dos empresários e do governo.

No capítulo único desta monografia, mostraremos os interesses do empresariado rural no e para o capitalismo brasileiro. Trataremos especificamente no contexto democrático, posterior a 1988, quando a economia brasileira tornou-se mais integrada com as políticas mundiais de exportação, dentro da globalização, e o Brasil passou a procurar aproveitar-se mais da competição internacional.

O conceito de agronegócio implica uma mudança de estratégia produtiva e política, que confere à agricultura uma importância industrial, tendo como referência não somente a unidade industrial local, mas um aglomerado de atividades do grupo representativo. Foi com o aumento das exportações, no período da redemocratização da política nacional, que se disseminou essa expressão por meio de associações de produtores.

Foi decididamente nas décadas 1980 e 1990 que se disseminaram com maior rapidez as ideias de maior atuação do governo na desregulamentação de

diretrizes e de aumento dos subsídios, pelas entidades representativas dos empresários; da mesma forma, foi também nesse período que aumentou a relação do Estado com o mercado da agricultura nas disputas na Organização Mundial do Comércio (OMC), em busca de melhorias de ganhos para o país, na questão do agronegócio.

Em todo este trabalho partiremos de uma análise que verifica o papel do governo e dos empresários ao aumentarem a participação integrada no comércio internacional. Em particular, veremos o papel do Estado como formulados de políticas públicas, deixando para trás a velha agenda de políticas para o setor da agricultura centradas simplesmente na regulação e passando para uma nova intervenção, mais integralizada e para a modernização, com objetivos factíveis e incorporando novos temas, como a questão social.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo pensar sobre o agronegócio no Brasil, desde o período da redemocratização, salientando os aspectos políticos do agronegócio brasileiro.

2. POLÍTICA E AGRONEGOCIO NO BRASIL APÓS 1988

O agronegócio pode ser definido como um tipo de atividade que participa de um comércio moderno entre produtos da agropecuária. Essa atividade apresenta uma variedade de produtos com destino ao comércio exterior, influenciado diretamente pelos mercados financeiros nacionais e mundiais e interagindo com os recursos naturais e com o meio ambiente. Além disso, ele envolve diversos agentes: o Estado – que define o tipo de política –; a indústria; os setores de pesquisas – que articulam novas tecnologias de atividade no campo –; as organizações sociais; os setores produtivos de âmbito mundial; o empresariado rural e o consumidor final.

A ação coletiva e articulação política do empresariado rural com o Estado vêm construindo nas últimas décadas uma atuação mais ativa que em anos anteriores. Esse novo comportamento começou especificamente na década de 1980, em que a economia do país deparou-se com um novo contexto mundial.

Segundo Iglesias (2007, p. 76), as articulações conjuntas levadas a cabo pelo Estado e empresários, no sentido de maior participação do país no comércio mundial de produtos finais da agropecuária, inserem-se em uma nova matriz regulatória, que não mais se identifica pelo paradigma do governo e sim em uma definição do que se pode chamar de “política da agricultura”. Com isso, as antigas políticas ampliam-se no sentido de integração contínua entre atividades estatais e agentes privados, com o objetivo de formular políticas específicas para cada setor da produção do agronegócio, a partir das transformações que vêm tornando essa atividade mais competitiva no país e no mercado mundial.

O produtor necessita de uma variedade de políticas para melhorar sua atividade; já o setor precisa de financiamento para as cadeias produtivas. Por esses motivos, é necessária uma oferta monetária, com uma taxa de juros bem menor em comparação com o mercado e com uma oferta de créditos que não se aplica como em bancos comerciais. Com a participação no mercado, o setor sofre influências da política de câmbio, prejudicando-se quando esta política aprecia a moeda nacional; também quando o setor está em situações em que não consegue manter-se competitivo (ou rentável), o governo arca com um tipo de seguro rural que garante uma renda disponível para o produtor, estimulando o investimento em novas tecnologias, criando empregos e estruturando um efeito multiplicador na produção.

A permanência de investimento públicos no setor é responsável pelo desenvolvimento de novas descobertas científicas e de tecnologias, destinadas ao aumento da produtividade. Percebe-se ainda que o Estado estabelece leis de interesse central para o setor, como os processos ambientais, o direito à propriedade, o regime de trabalho, a organização logística e de infraestrutura (com o objetivo de melhorar a distribuição dos produtos) e as regras sanitárias sob sua responsabilidade. Em todas essas atividades parecem claramente visíveis as parcerias dos empresários com o Estado e as políticas públicas daí advindas.

As primeiras organizações de empresários rurais, com o objetivo de representação legal do setor, surgiram no Brasil em 1891, com a criação da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) no Rio de Janeiro e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), fundada em São Paulo. Devido ao importante desempenho de representação do setor, criou-se o Ministério da Agricultura no governo de

Getúlio Vargas; nesse período ocorreu um tipo de dissociação da reforma agrária no sentido da relação do Estado com a agricultura para fins de modernização.

A partir da década de 1970 o conceito de indústria agrícola começa a ser nomeado; nesse período, mudanças no padrão associativo do empresariado rural atuaram no modelo de representação de interesses, em dois eixos, o setorial e o regional. Em cada município, surgiram sindicatos rurais locais, de acordo com a especialização produtiva de cada cidade. Com relação aos estados, há federações de agricultores e da agropecuária, que integram os sindicatos dos municípios. Para além dos interesses existem setores definidas de extensões de base, que trabalham de maneira paralela às entidades oficiais, que estão diretamente integradas à federações estaduais e aos sindicatos rurais municipais.

A hegemonia política do empresariado rural nas questões internacionais, no início da década de 1980, adentrou em um tipo de política que os orientou para a modernização da agricultura, a partir de sua estrutura de base empresarial. Foi nesse período que surgiu a compreensão que conduziu ao crescimento de associações ocorrido na década de 1990, em que inúmeras associações apareceram como *agrobusiness*, com atuações em fóruns nacionais e também internacionais, procurando aumentar a participação brasileira no comércio mundial de produtos da agropecuária. Dentre os setores mais representativos dessa tendência, podemos citar os do algodão e da cana-de-açúcar. De modo geral, aliás, a entidade que representa o setor como um todo – a Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG) – definitivamente é de fundamental importância nas disputas travadas pelo Brasil na OMC, que vão diretamente contra as políticas implantadas pela União Europeia e pelos Estados

Unidos.

De fato, a partir da redemocratização da política brasileira, ao longo da década de 1980, ocorreu uma espécie de transformação de figura social: começou a sair de cartaz o imaginário do velho fazendeiro, ditador de municípios e atrasado, e passou a surgir a visão de um moderno empresário da indústria rural, que dota a agricultura de uma característica produtiva.

Ao longo das três últimas décadas, a agropecuária brasileira vive um processo não apenas de internacionalização, mas também de uma crescente definição das especializações por cadeias produtivas; é observável a criação de agentes voltados para representação de interesses específicos. Considerando as inovações recentes do empresariado rural, com progressiva especificidade técnica de sua gestão, desenvolve-se uma estratégia diversificada de relacionamento com o governo, principalmente no âmbito do poder Legislativo, tentando eleger seus representantes em todos os estados do país e obtendo-os como forma de representação; com isso, o empresariado rural participa das diversas comissões parlamentares que tratam de assuntos ligados ao agronegócio. Da mesma forma, há também a participação direta em cargos do poder Executivo, observando-se que se torna algo costumeiro empresários rurais ocupando secretarias e ministérios ligados à agricultura.

A entidade conhecida como Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA), iniciada por um aglomerado de empresas brasileiras no início do século XXI, tem por objetivo promover e organizar as exportações brasileiras de algodão, agindo perante os participantes do mercado e as autoridades pertinentes. Esse ator busca trazer os vários agentes presentes na exportação do algodão (produtores, importadores, líderes governamentais, instituições do

mercado financeiro, bolsa de mercadorias, corretoras de valores e empresas que participam da logística das exportações), constituindo-se em um exemplo bastante visível de associativismo surgido no âmbito de uma cadeia produtiva, o que tem ganhado parte de beneficiamento na agropecuária.

Uma outra entidade especificamente voltada para um mercado é a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), surgida no final da década de 1990, devido a uma necessidade de ação coletiva dos produtores, surgida principalmente com a desregulamentação do setor. Essa entidade tem como principal objetivo solucionar problemas de representação de interesses que se caracterizam como heterogêneos, mantendo relevância no setor, pois congrega as unidades industriais com menor custo do processo de produção, comercialização e aumento de produtividade, nos mercados nacionais e internacionais. Assim, ela ganha um papel político, interagindo com o Estado brasileiro. Atualmente ela representa um número grande de unidades de produção divididas em dois sindicatos, o da fabricação de álcool e a do açúcar.

A UNICA tem como principais preocupações concretas a derrubada das barreiras protecionistas no mercado internacional e a transformação universal do álcool em *commodity* ambiental, para transformação de combustível.

No que se refere às questões das câmaras setoriais da agropecuária: no governo Lula elas foram diretamente formadas por tecnocratas e empresários rurais. Com isso, percebe-se uma articulação de matriz regulatória que vincula a maior oportunidade de negociação a uma integração do empresariado rural com o governo, diferentemente do que antes ocorria.

É de notar-se que o setor do agronegócio, no Brasil, ao longo de sua história, foi o que obteve mais incentivos no processo de crescimento

econômico, nos vários governos. A sua importância para as exportações não é nova, pois essa configuração já ocorre faz séculos, proporcionando um desempenho de crescimento e estimulando a industrialização do país, nos segmentos de escolha. Foi quando a fase da industrialização cresceu em ritmo acelerado que o setor da agropecuária começou a apresentar sucessivas quedas de valoração e comercialização dos seus produtos; esse processo passou a reverter-se a partir da década de 1970.

Mas foi decididamente na década de 1990 que ocorreu um grande salto da agropecuária no país, em que a integração entre empresariado e governo cresceu, ao mesmo tempo que decrescendo o fluxo de recursos públicos para o financiamento da produtividade rural e ocorrendo a desregulamentação da produção do setor; ainda assim, houve um desempenho de melhor agregado no que se refere à concorrência internacional.

Dentro todas essas variedades positivas do andamento do agronegócio no país, verificamos que, atualmente, considera-se que o Brasil é líder de exportação de itens como café, açúcar, álcool e sucos de fruta. Além deles, o agronegócio nacional também exporta carne bovina, carne de frango, fumo, couro e calçados de couro; finalmente, conforme um estudo da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Brasil em alguns anos tornar-se-á o líder de exportação de algodão, biocombustíveis derivados da cana-de-açúcar e óleos vegetais (cf. IGLESIAS, 2007, p. 83). Desse modo, a balança comercial, que em anos anteriores apresentava *deficits*, inverteu de tendência nos resultados recentes, devido à atuação principalmente do agronegócio.

Quando levamos em consideração esses resultados positivos, o que se

evidencia é a situação das formas como são produzidas esses produtos, o clima privilegiado, o solo fértil, a abundância de água e a biodiversidade; inversamente, os pontos negativos principalmente se resumem na dificuldade aos mercados externos que competem com variedades de protecionismo.

Esses bons resultados podem ser explicados pelo desempenho e pela abertura de comércio exterior ocorrida durante a gestão do governo Collor. Mas os resultados ruins do desempenho do comércio exterior do país aconteceram principalmente em meados da década de 1990 (1994 e anos seguintes), quando ocorreu uma sobrevalorização do câmbio, revertendo-se em seguida. No fim do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o real voltou a valorizar-se por intermédios de políticas econômicas de ajuste ao comércio exterior; com isso, as exportações voltaram a crescer, mudando a tendência dos *deficits* sucessivos e apresentado bons resultados além do esperado.

As atividades de exportação de produtos do setor agropecuário têm sido as principais responsáveis por cerca de 40% dos ganhos nacionais no comércio exterior, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, desde o começo da década de 2000 (cf. IGLECIAS, 2007, p. 84), descontando aí os valores das importações e variando de acordo com os objetivos de cada governo nesse percurso de mudança que o Brasil tem tido.

Os resultados positivos de exportação de algodão e açúcar indicam um esforço integrado entre o empresariado e o governo, em que se prefere ultrapassar as barreiras protecionistas e as práticas de subsídios que os Estados Unidos e a União Europeia praticam na competição de produtos do agronegócio em nível mundial. Dessa forma, diariamente vêm ocorrendo disputas na OMC pela queda dessas práticas protecionistas nas transações multilaterais. Como

indica Iglesias (*idem*, p. 94), “Os resultado estabelecem uma realização inédita na história da agropecuária do Brasil, a realização de um processo de criação de um sistema capitalista ou, simplesmente, define-se apenas uma determinada atividade de setorialização de procura”.

Em uma transação ocorrida com uma perspectiva de integração nacional, o Brasil conseguiu diminuir as barreiras que esses países praticam, formando uma nova característica de representação: o Estado à frente dos negócios, juntamente com o empresariado do setor. Essas ações foram calcadas em projetos políticos voltados principalmente para o setor do agronegócio, que têm crescido desde os governos Lula a taxas elevadas, com níveis de produção para o aproveitamento nacional e decididamente a favor de seu maior forte, que é a exportação. Com os resultados positivos dessas políticas, ganhou-se maiores parâmetros nos governos Lula, em que o empresariado e o governo aproximaram-se mais na parceria, estabelecendo estratégias comuns de atuação nos mercados mundiais para as negociações com os estados e os produtores de outros países em desenvolvimento.

Outro fator de suma importância que define bons resultados na exportação da agropecuária brasileira está nas crescentes especializações de produção e das profissionalizações das técnicas e de pesquisas, integrando os recursos e investimentos praticadas pelas parcerias das iniciativas privada e pública. Para essas especializações e profissionalizações, a regulamentação praticada estabelecida pelo Estado brasileiro, juntamente com a política cambial mais favorável, permitiu uma participação maior no mercado exterior, impulsionando uma contínua busca de diminuição de custos de produção e aumento da produtividade. Isso, como vimos, permitiu que desde o início da

década de 2000 o Brasil obtivesse uma liderança nos mercados mundiais de exportações tanto de algodão quanto de álcool e cana-de-açúcar; além disso, as parcerias do governo com os empresários e suas atuações na OMC permitiu aumentar a queda do preço em nível mundial dos bens finais e de produtos semiacabados.

Embora conte com uma estrutura de representação de cima para baixo, cujo grande exemplo é a do corporativismo tradicional da indústria, apresenta-se a atuação de associações setoriais que são paralelas ao corporativismo tradicional, construindo-se ações integradas representadas por variedades de entidades (setoriais e regionais).

A partir das observações de Boito Jr. (2010), vemos que esse processo político definitivamente ganha maior ênfase no fim do governo de FHC adentrando no primeiro mandato do governo Lula. Muitos analistas da política nacional têm observado que o governo arcou com um tipo de estabilidade para a política da burguesia e de apoio ao novo imperialismo no Brasil. O governo Lula diferencia-se devido a uma estratégia popular e socialista, em que se altera a relação do governo brasileiro com a burguesia nacional industrial e agrária como bloco de poder, devido principalmente à política de exportação do Estado.

Relativamente à representação do governo Lula junto à burguesia, podemos verificar um tipo de igualdade em relação aos trabalhadores, que determina uma junção de apoios paralelamente vinculados ao populismo de um tipo neoliberal. Esse comportamento revela um continuísmo da política desenvolvida no segundo mandato do governo FHC.

No que se refere à teoria marxista, ela encara a dominação de classe como sendo ao mesmo tempo da classe como um todo e de uma fração da

classe em oposição às demais frações, em uma situação sempre contraditória. O governo Lula, como os governos FHC, também teve essa característica.

As disputas entre os interesses da política econômica de melhor desempenho, embora abranja os objetivos nacionais, ocorrem entre interesses que não se igualam entre si. Essa política pauta-se não somente por interesses comuns, mas decididamente em função do capital hegemônico, que se evidencia no poder.

No período da entrada do que chamamos de neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, a política do governo brasileiro permaneceu em uma espécie de hierarquia entre os objetivos dos capitalistas, que se beneficiaram – mesmo sob o manto da lei –, por meio da redução de gastos nos setores da saúde, da educação e da previdência pública, mudando paralelamente a função do Estado no que se refere ao seu papel de gestor dos atributos sociais. Desse modo, desenvolveu-se uma nova burguesia como define Boito Jr. (*idem*, p. 56): “burguesia de serviços, beneficiária direta do recuo do Estado nas áreas de serviços básicos, e reduzem-se, ao mesmo tempo, gastos sociais tradicionais, atendendo a pressão do grande capital”.

A gestão do governo Lula manteve um tipo de racionalização no mercado de trabalho, reduzindo os contratos sociais, que, constitucionalmente, consistem na oferta dos serviços básicos sociais, ao mesmo tempo que mantendo a desregulamentação da estrutura da atividade do trabalho, o que satisfaz uma parcela dos interesses da política capitalista neoliberal.

Outro fator determinante para benefício da burguesia, as privatizações têm ocorrido desde a década de 1990 até os dias atuais. Essa política materializa diretamente os interesses dos poderosos capitalistas, isto é, do

grande capital financeiro e industrial.

A grande burguesia beneficiou-se das regras determinadas pelo governo brasileiro para que em poucos momentos privatizassem-se grandes aglomerados públicos. Com o um pequeno número de empresas privadas participando dos processos de compras, os grandes grupos econômicos foram aos leilões públicos, contando com favorecimentos de diversos tipos, como preços ofertados abaixo do mercado e a emissão de títulos em “moedas podres”. Na prática, a grande burguesia dividiu-se entre as compradoras: por um lado, ficaram com o capital financeiro internacional os grandes bancos e grandes empresas. Já as petroquímicas e as empresas de telefonia ficaram a cargo do capitalismo nacional.

O governo Lula manteve essa política de privatização e apoiou com grandes facilidades os monopólios privados. O apoio deu-se não somente para setores do capitalismo nacional; também se tem visto a abertura comercial ao capital financeiro internacional.

Os bancos que realizam investimentos permanecem em um patamar de suma importância, ao alocarem os recursos necessários aos variados processos produtivos; mas, além disso, eles são importantes para transformar moeda em mais moeda. No Brasil, esse capital funciona de maneira similar aos outros países em desenvolvimento: ele procura autovalorizar-se a taxas muito elevadas – de acordo com o mercado –, sem necessariamente financiar diretamente o capitalismo de base, ou seja, a produção nacional. Com isso, é um tipo de capital que busca juros sobre juros, na forma de empréstimos. Para que o capital financeiro multiplique-se de maneira exuberante, afirma Boito Jr. (*idem*, p. 59), tem que haver:

“Uma integração do mercado financeiro nacional com os mercados internacionais, isto é, a desregulamentação financeira que assegura a livre conversão das moedas e a livre circulação de aplicação em títulos públicos e em bolsas de valores, como também um câmbio relativamente estável que permita a conversão e a reconversão das moedas em sobressaltos ou prejuízos; pagamento da dívida pública externa e interna com taxa básica de juros real elevada para assegurar uma alta remuneração para os títulos públicos devido pelo capital financeiro e liberdade para o capital financeiro cobrar o que for possível e uma articulação de ajustes fiscais”.

Com a abertura do país para a globalização econômica, o Brasil adotou uma flexibilidade comercial mais favorável para a política de exportação, considerando em particular os ganhos para as reservas públicas. Outro fator importante foi a ação do Estado na desregulamentação econômica, verificando os interesses do grande capital monetário, nacional e internacional, deixando de lado os industriais, cujos destinos, antes caracterizados pelos investimentos, sofreram uma séria redução e passaram a solicitar empréstimos à área de infraestrutura em seus processos de produção.

Essa flexibilidade de abertura para o capital financeiro atende os interesses da grande burguesia, cujas atividades buscam retorno de seus investimentos financeiros a taxas altas, a partir de taxas de juros bem elevadas, o que por outro lado prejudica a indústria. A hegemonia do capital financeiro é necessariamente também de interesse do Estado, como em políticas de regulação da taxa básica de juros (a taxa Selic), devido ao seu papel de combate à inflação.

Desse modo, o capital financeiro passa a atender as necessidades governamentais nas suas políticas de ajustes. A hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional é representada pelos bancos comerciais e de grande porte, que principalmente investem em grandes projetos como os

financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com contratos de obrigatoriedade de retornos na maioria das vezes com médias ou baixas taxas de juros, em comparação com outros bancos. Essa estrutura de financiamento estimula uma certa valorização do Estado, que se beneficia por meio de títulos públicos ou contratos de compromissos.

O sistema monetário nacional e internacional torna-se um poderoso sistema de controle mundial, em que onde todo os sentidos do cotidiano acabam girando em torno de seu processamento, quase todos os planejamentos dos agentes estão direta ou indiretamente voltados para o sistema monetário: vivificando um amplo processo de ajustes nos planejamentos individuais, determinando fins que não processam um sentido reflexivo amplo, alimentando um material representativo, multiplicando sua sobrevivência em um conceito “valorativo”, transformando em um mero poder subjetivo ou necessariamente concreto como um poder central conceituado a um tipo de poder neoliberal.

As políticas dos governos de FHC e Lula tinham sido planejadas e influenciadas diretamente pelas grandes agências financeiras: o FMI, o Banco Mundial, o Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil, como também capitalistas dos setores nacional e internacional. Necessariamente por intermédio de políticas de ajustes e adaptadas ao sistema capitalista, no governo Lula a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional ganhou forças e apoios para sua determinação de políticas, possibilitando um tipo de política complexa, que constituiu em promover a grande burguesia interna industrial e agrária voltada principalmente para as atividades de exportação ao longo de todo esse período neoliberal.

O governo Lula foi o período em que cresceu com maior rapidez a representação das burguesias industrial e agrária primordialmente para políticas de exportação, não deixando de lado a hegemonia do capital financeiro. Enquanto o governo de Fernando Henrique Cardoso ampliou o acesso comercial, promovendo políticas de diminuição de taxas alfandegárias e não alfandegárias, motivou o ingresso e saídas de capitais, mantendo o câmbio valorizado, aumentando a dívida pública e a taxa de juros, aumentando os *deficits* na balança comercial e controle fiscal direto no que tange aos interesses do setor do agronegócio para níveis de exportação. Essas ações deixavam insatisfeito o capitalismo industrial, objetivando somente os financiamentos para a sua produção e no que tange à extração de recursos naturais.

No fim da década de 1990 os *deficits* crescentes da balança comercial, se objetivavam os interesses do capital estrangeiro, poderiam em médio e longo prazos resultar em problemas para o capitalismo financeiro nacional e internacional. Os problemas foram agravando-se, com resultados como *deficits* na balança comercial e desequilíbrios nas contas externas, devidos à falta de pagamentos de dívidas públicas; com isso, o país caminhava para um retrocesso na sua economia. Para solucionar esses problemas, em 1999 a medida que Fernando Henrique Cardoso adotou foi a desvalorização da moeda, buscando a meta de *superavit* primário. Isso caracterizou um fator de força para o retorno de ganhos gerais, principalmente advindo só do agronegócio brasileiro, devido ao forte estímulo para a exportação de seus produtos.

Um dos fatores que se destaca desses resultados foi que as políticas que os originaram eram diretamente influenciadas pelo FMI, o que resultou em uma política estimulando o agronegócio, como também os fatores políticos que

induziram essa mudança, um tipo de pressão da burguesia industrial e agrária ao longo da década de 1990 e principalmente no fim do mandato de FHC. Esse apoio adveio primordialmente de representações de sindicatos de cada setor, tendo continuação política nos governos Lula no tocante à questão dos contratos internacionais.

Considerando o período de estabilização econômica e política iniciada no governo de FHC – um processo que pode ser definido como de transferências de responsabilidades contratadas para o próximo governo –, foi nesse cenário que se verificou o aproveitamento da candidatura de Lula. Percebendo todos esses compromissos contratuais, Lula apresentou uma nova faceta ideológica diferente de suas candidaturas anteriores: em 2001 ele apresentou-se como um tipo de candidato que cumpriria os acordos nacionais e internacionais, mas, ao mesmo tempo, levando esse acordo para resultados bem além do desejado, chegando apoiar a burguesia nacional com unhas e dentes.

O governo Lula começou com um tipo de política agressiva voltada para a exportação centrada principalmente no agronegócio, um setor que dará grandes retornos tanto para o país quanto para o governo. Essa política incluía implementar uma política de câmbio favorável às exportações, ofertas de crédito e apoio tecnológico; além disso, também implementou um tipo de assistencialismo social com implantações de bolsas de alimentação, educação, o projeto Minha Casa, Minha Vida; as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com vistas à aceleração do crescimento tornando uma vitória para as burguesias nacionais industrial e agrária, assim como para os setores sociais de menor poder aquisitivo. Em outras palavras, um tipo de populismo que representa uma posição bem mais favorável à economia

nacional, deixando de lado as velhas ideologias de influência socialista. Por outro lado, foi decididamente durante os mandatos de Lula que os capitais financeiros cresceram de maneira acelerada.

No começo da década de 1990, o neoliberalismo determinou processos de desindustrialização nas economias da América Latina e diminuição do peso do produto interno bruto (PIB). A indústria apresentou mudanças, diminuindo setores altamente sofisticados, visando às indústrias de extração de recursos naturais como minérios, papéis e celulose, produtos alimentícios etc. Devido a esse tipo de especialização, vários setores industriais tiveram cadeias produtivas desorganizadas pela abertura comercial e recentemente se encontram deficitárias nas trocas com o comércio internacional. Em virtude disso, o grande herói nas comercializações do país como o resto do mundo é o agronegócio, que apresenta resultados positivos na balança comercial.

A política de caça aos dólares resulta em que são atendidos os interesses das burguesias nacional e internacional em referência ao agronegócio, à extração mineral e aos produtos industriais de baixo nível tecnológico, desestimulando o médio capital.

O agronegócio no Brasil satisfaz principalmente os objetivos do lucro do empresário e a obtenção de dólares para o governo, priorizando os capitalistas financeiros. Mas os fatores positivos que essas políticas podem determinar são um processo de distribuições das riquezas para as camadas sociais mais baixas, cuja ênfase ocorreu nos governos Lula.

No governo Lula a produção foi específica para o objetivo da exportação. No que se refere ao papel das finanças, não haveria sentido em investir na produção para o mercado interno. O capital financeiro precisa diminuir o

desequilíbrio das contas externas, no qual a sua liberdade de alta remuneração pode permanecer com dívidas. Por esse motivo é que se estimulou a produção para a exportação, com práticas de juros altos e busca de *superavit*, mesmo que isso se limite o crescimento das exportações.

Da perspectiva do capital financeiro, não haveria ganhos se os recursos públicos fossem desviados para as cadeias produtivas. Esse dinheiro à disposição do capital financeiro serve para aumentar o poder dos bancos, o que tem causado divergências no governo, no que se refere à definição da política econômica: de um lado o grande capital financeiro e de outro a burguesia interna industrial e agrária; esta última tem apresentado insatisfação.

As atividades das políticas de comércio exterior do governo Lula foram alimentadas por uma nova situação no bloco no poder, que, se não deixa de representar a política nacional, também afirmava que estava lutando por uma nova localidade de comércio; além disso, a política externa de Lula vinculava-se às tomadas de decisão da política econômica, de modo a atender as obrigações do capitalismo internacional e torna subalterno o capitalismo nacional na divisão estrutural do trabalho.

A burguesia nacional, aliada de maneira subalterna ao capital financeiro, percebeu um crescimento do mercado latino-americano; a aspiração a ocupar esse mercado está abalando a integração com o capitalismo argentino. Desse modo, a política do governo Lula ofereceu uma lentidão à produção, por estar diretamente delimitada pelos interesses do capital financeiro com perspectivas diretas à exportação. Isso significa que a produção de bens finais para o mercado interno, que poderia melhorar o padrão de vida da população mais pobre, foi deixada de lado pelo governo; esses consumidores em grande parte

são atendidos pelas pequenas e médias empresas da agricultura e da indústria.

Pode-se considerar dificultoso um capitalismo subalterno e os interesses das grandes corporações andarem por caminhos diferentes. Necessariamente com uma tecnologia que não é de grande porte no quadro do agronegócio, uma tecnologia de baixa qualidade e uma sofrível infraestrutura de transportes para escoamento, devido às necessidades do *superavit* primário para remunerar o capital financeiro. Esse caminho apresenta dificuldades que se chocam com a política de *superavit*; desvalorizar o real para aumentar a renda dos exportadores ameaçaria a segurança da entrada e da saída de capitais e que o sistema monetário internacional afirma que é necessária para não haver sustos na política do país.

A exploração do trabalhador brasileiro integra as políticas das grandes corporações de exportadores, ao mesmo tempo que o salário mínimo mantém-se no nível de sobrevivência, em que a renda disponível de cada família é toda gasta no consumo básico. Da mesma forma, ocorre o aperto da previdência pública. A diminuição do salário mínimo para abaixo do nível de mercado de poder aquisitivo tem correspondido a demandas dos exportadores para manter os produtos mais baratos no mercado de consumo no exterior, aumentando a competitividade no mercado internacional.

Os governos FHC e Lula dependeram exclusivamente do agronegócio em termos de ganhos superavitários. Os titulares do Ministério da Agricultura estavam atentos à situação do agronegócio brasileiro, mantendo um retilíneo resultado sem ciclos de quedas da evolução do agronegócio.

Outro exemplo de definição direta e quase exclusiva do setor de exportação: o Estado como que doou a região da Amazônia para comerciantes

estrangeiros para fazerem extrações de madeiras no sentido de aumentar os resultados do comércio internacional.

Nas áreas consideradas sociais, a atuação do Estado nos governos FHC e Lula apresentou uma redução de melhorias nas condições para os trabalhadores; não saíram dos papéis os projetos que seriam implantados de assistência social e algumas medidas que beneficiariam os trabalhadores organizados, esboçado nos projetos de FHC e logo em seguida nos dois mandatos de Lula.

Devido às expectativas geradas pelo modelo de produção agroexportador, além das exigências de fiscalização sanitária, barreiras protecionista e competitividade no mercado exterior, além do saldo positivo na balança comercial do Brasil que esse setor apresentou nos governos passados assim como nos dias de hoje, o setor do agronegócio tem sido o centro das atenções dos analistas brasileiros. O resultado da comercialização do agronegócio brasileiro realça a importância que esse setor tem na economia do país, em que há maior probabilidade de retornos de investimentos financeiros, como o montante de dólares que entra no país em intermédio das negociações unilaterais. O dólar, sendo uma moeda internacional forte, confere ao caixa do governo uma segurança para manter as importações em detrimento de equilíbrio, do fornecimento de títulos públicos em moeda nacional, dos investimentos nas estruturas de produção nacional como também, as capturas de investidores internacionais quando estes percebem que a democracia do país como a estabilização da economia não estão de acordo com seus objetivos.

Segundo Boito Jr. (2007), o objetivo dos governos passados, principalmente o governo Lula, estava ligado diretamente a uma política de “caça

aos dólares”, em que essa caçada é uma afirmação de grande apoio às burguesias nacionais e internacionais. O maior beneficiário desse jogo é o capital financeiro, o que marcou com grande ênfase os governos de FHC e de Lula, na abertura de um mercado cada vez competitivo e mais interiorizado na política como é no neoliberalismo. Nesses governos, as políticas comerciais foram ditadas em parte pelo imperialismo do capitalismo financeiro, enfatizando-se um interesse maior no processo de ganho da moeda por intermédio de um setor que no país apresenta bons resultados, o que viabiliza um patamar maior de acúmulos de capitais.

Para Herédia, Palmeira e Leite (2010), essa associação entre nova política neoliberal e a agricultura brasileira repete o papel que esta teve na história do Brasil de séculos anteriores, como na metade do século XIX, no qual essa característica passou a ser considerada um setor produtivo industrial deixando de ser um setor de atividades produtivas tradicionais. Nesse momento, a introdução de novas tecnologias desempenhou um papel de estímulo às novas produção, como nos canaviais do Nordeste no início do século XX e, na região Sul, as máquinas de arroz e trigo. Mas é importante frisar a importância que a década de 1970 deu ao setor de agronegócios, com a introdução de práticas que visavam a modernizar a agricultura brasileira, em parte como investimento do regime militar. Nesse processo de industrialização, necessariamente ocorreu o aparecimento da figura do empresário rural.

Uma atividade que articula mais do que uma estrutura industrial ou um conjunto de unidades agrícola perpassa a ideia do setor agroexportador; além disso, grande parte do território nacional está vinculada a essa forma econômica; considerando a integração produtiva posterior, ela articula também pequenos

produtores. Dessa forma, ao tratarmos dos temas relacionados ao agronegócio brasileiro, é preciso entendê-los como um processo agrícola que ultrapassa o crescimento da tradicional agricultura, em que as circunstâncias informam os movimentos de crescimento, nelas definidas um aglomerado representativo de situações sociais que não estariam compreendidas de outra maneira.

Olhando novamente para o processo de transformações da produção da agricultura no país, os fenômenos a serem destacados nesse período de modernização da agricultura são a comercialização da economia e suas questões políticas e sociais, sejam elas tecnológicas, de representatividade do capital financeiro ou comerciais.

A cadeia produtiva da soja apresenta-se uma das mais bem colocadas nas pautas de exportações do chamado “macrosetor agrícola”. As vendas de grãos aumentaram, o que viabiliza uma certa especialização e o aumento das exportações com menor capacidade de valor agregado, aumentando por sua vez a viabilidade externa. A recente tomada dos saldos superavitários da balança comercial brasileira tem sido acompanhado pelos analistas que tratam especificamente do setor; eles perceberam que houve um aumento nas exportações rurais, com o conseqüente aumento das divisas comerciais. Esses resultados têm aumentado a viabilidade econômica, mas em detrimento do governo e às de um endividamento crescente do empresariado, em uma relação de intensa exploração e precarização do trabalho.

O que a literatura demonstra são os grandes investimentos, que evidenciam o fato de que não se pode citar o agronegócio sem se identificar a relação com o governo e com suas políticas públicas, que não somente viabilizam sua origem como também sua expansão.

A atuação do Estado no setor não separa ou deixa de canto a atuação do empresariado ou de empresas multinacionais; isso levou a um debate mais intenso no início da década de 1980 sobre iniciativas privadas como o melhoramento da terra. Também nesse momento renovou-se o mito do pioneiro externo “gaúcho”, que pisando nessas terras vazias dedicou-se a trazer o processo civilizatório e benfeitorias tecnológicas, para uma localização esquecida e falta de investimentos públicos. As políticas direcionadas ao empresariado rural baseadas no endividamento têm envolvido uma complexa trama de relações que mesclam apoio parlamentar ao poder Executivo das bancadas ruralistas com enfrentamento de controvérsias ambientais e trabalhistas, além dos projetos agroindustriais vindos tanto da própria administração pública como de outros segmentos organizados da sociedade civil.

Com o retorno do setor agroexportador no final do século XX, para fazer frente a algumas medidas de política econômica necessárias, o empresariado assumiu uma posição estratégica no desenho das políticas setoriais e na capacidade de adquirir recursos, mesmo em um contexto administrativo em que teve que brigar com outros ministérios da representação social.

Articulado em um novo setor de representação de produção e comercialização, o setor do agronegócio brasileiro modificou sua forma de ação, especialmente sua relação com o Estado. No período problemático da década de 1980, inviabilizou-se o principal instrumento impulsionador da modernização conservadora, qual seja, a política de crédito rural; assim, o setor da agricultura não obtinha mais incentivos, como pareceu demonstrar o discurso empresarial.

Assim, a análise das questões sociais rurais, que informam o paradigma

do agronegócio, não pode estar distante das atividades de mecanismo de instrumento de políticas setoriais implementadas pelo governo brasileiro, tanto nos governos FHC quanto nos governos Lula.

Ainda que essa intervenção tenha-se modificado ao longo do tempo, é importante identificar as bases que subsidiam a expansão das atividades, bem como aliviam os constrangimentos encontrados nessas trajetórias que qualificam o que se pode denominar de sociedade do agronegócio e suas implicações nas configurações sociais regionais que efetivamente transformam em multiplicador do processo real de transformação operadas nos chamados limites agrícolas e para os quais se elaboram as políticas públicas ali projetadas.

No que se refere às políticas públicas, é possível analisá-las como se fossem um conjunto de esferas e instrumentos de posse que aloca as regiões em capacidades maiores ou menores de cálculo estratégico dos agentes envolvidos; além disso, também se apresenta a da atuação do Estado, que se refere primordialmente como “dono” dos recursos de investimentos produtivos. Esse conjunto de projetos contém as políticas relativas ao ordenamento territorial de terra, ao trabalho (e também ao trabalho escravo), às relações econômicas existentes e os fluxos migratórios delas advindas; às políticas ambientais e aos marcos regulatórios; à política de crédito e às políticas de infraestrutura que materializam o sentido da ação do Estado. Estas últimas citadas motivaram recentemente uma discussão nos eixos modais de escoamento de produto agropecuário direcionado à exportação, no âmbito do PAC.

Voltando para o tema das políticas públicas, é de suma importância observar que determinadas atividades têm ultrapassado a prática usual das reivindicações de crédito propriamente dito, para dar lugar a mecanismos mais

difusos, como os subsídios à comercialização de produtos do agronegócio ou, ainda, valendo-se de toda sorte de incentivos fiscais, investimentos advindos dos governos dos municípios e estaduais, em que se situam as conformações dos distritos agroindustriais – como nas cidades de Uberlândia (Minas Gerais), Rio Verde (Goiás), Luiz Eduardo Magalhães (Bahia) etc. –, influenciando nessas localidades uma dimensão produtiva de setores em um ordenamento territorial para a permanência de famílias e seu respectivo padrão de vivência urbana.

Até o fim da década de 1970 as localidades do Centro Oeste eram habitadas por índios; hoje estão cobertas pela soja onde eram consideradas inadequadas para esse gênero de cultivo. No entanto, a soja não é a única cultura: a agropecuária também se desenvolve lá, começando no Oeste baiano, dominadas por criações de gado; essa atividade é praticada em grandes fazendas, com cultivos em pequenas produções agrícola destinada ao consumo da região nos seus destinos locais .

Como pode ser visto, algumas formas de ocupação dos cerrados foram estimuladas com a participação de programas governamentais ocorridos no período dos regimes militares; nesses programas, a população levaria a soja e outros produtos de agricultura e agricultores que consideravam adequado ao tipo de manejo que desejavam desenvolver, estando minimamente familiarizados com um tipo de tecnologia. No caso, a participação da população e sua real presença é o que determina o movimento que é chamado de agronegócio nessas regiões. Mas esse agronegócio também é fruto de políticas públicas, pois os deslocamentos de pessoas para essas regiões foram ações promovidas pelo regime militar, como os assentamentos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em associação com cooperativas do

Sul e do Sudeste do Brasil para localizar onde os colonos possivelmente poderiam ocupar as regiões do cerrado e no Triângulo Mineiro. Com isso, surgiu um tipo de colonização mais densa, com a substituição das já existentes naqueles locais, marcando profundamente as figuras das populações como novos agentes sociais.

Os resultados apresentados por essas migrações ocorridas nas regiões do cerrado pelos colonos do Sudeste e do Sul do Brasil deixam claro que essa imigração envolveu basicamente famílias destinadas a continuarem suas vidas em um lugar de extrema diferença cultural e geográfica. O que ocorreu foi o inverso com as populações que ali já estavam, deslocando-os como trabalhadores semiescravidados nas grandes fazendas das regiões Sudeste e Sul, em que as suas condições de trabalho são precarizadas e sem grandes remunerações. Os nordestinos – em particular os maranhenses e os cearenses –, definindo-se em um mapa social elaborado pelos que vivem nessas regiões, remetem-se à localidade de nascimento efetivo ou suposto das pessoas as que estão se referindo: assim, dividem-se em “gaúchos” e “maranhenses” no Mato Grosso e “paulistas”, “paranaenses” e “baianos” além dos mineiros nas áreas de café em Minas Gerais.

Esse tipo de caracterização de pessoas é exposto aos pesquisadores e com isso indica a história dos lugares onde vivem: “falei hoje com um maranhense” ou “hoje na festa só tinha gaúcho”, “encontrei um baiano na rodoviária”.

Essas características quase étnicas têm confirmado uma segregação geográfico-social que tem aprisionado visitantes. Essa caracterização apresenta-se também nas imagens que os sulistas elaboram a respeito dos nordestinos,

estabelecendo um preconceito em que todos os casos de violência ou furto é culpa deles, já instaurados na região, sem que haja acusações que possam denegrir a imagem dos opositores dos chamados sulistas.

Uma observação concebível para essas classificações de identidades sociais, em relação aos locais em que essas pessoas nascem ou o local de permanência, seria a confusão entre o local de procedência e o local de nascimento. Assim, tais classificações dificultam os levantamentos estatísticos dessas regiões, em que, por exemplo, todas as pessoas provenientes da região Sul do Brasil são chamadas genericamente de “gaúcho”, mesmo que esta ou aquela pessoa não tenha nascido no estado do Rio Grande do Sul (ou até na região Sul). Em outras palavras, alocam-se atributos sociais que ao mesmo tempo estão variando de local e região, definindo os cidadãos que vincularam sua moradia a uma determinada atividade produtiva da região.

A primeira observação que se pode fazer a respeito é que essas definições servem para integrar em dois conjuntos classificatórios, os proprietários rurais ou as pessoas ligadas à ideia do agronegócio em oposição a migrantes nordestinos vinculados ao trabalho. Uma segunda observação definida no setor produtivo é que se percebe uma grande diversidade no interior das características sociais definidas como “produtores” e “trabalhadores”: entre os produtores estão os empresários rurais; já entre os “trabalhadores” estão os braçais e operadores de máquinas. Uma subclassificação entre os trabalhadores é a que se realiza entre os trabalhadores que permanecem por muito tempo, ou seja, os fixos, e os que só estão na atividade para ganhar um salário pela sua força, os chamados “variados” ou “temporários”.

Considerando-se essas variedades de planejamentos e ideias do setor do

agronegócio nas questões sociais, amplia-se o processo de oferta de trabalho para os que participam das atividades produtivas, da mesma forma que os lucros para os donos de produção que alocam seus recursos (terras e máquinas), desenvolvendo uma cadeia produtiva de determinada especificidade e atraindo populações de outras regiões (os chamados fluxos migratórios).

Os grandes produtores e os trabalhadores definem-se como um conjunto em que os grupos vêm-se divididos mas em contato no dia a dia, mesmo que outras características de grupos estejam separados ou envolvidos com os demais para trocas de trabalho. Um fato que se observa na população que “pertence” ao Sul é que eles representaram as primeiras experiências das atividades que ali exerceram, com histórias comentadas, que a entressafra influenciava no cotidiano de cada trabalhador que por ali passava, deixando mulher com filhos ou parentes próximos, deslocando-se para outras regiões, em que formaria outras famílias e criando polos de parentescos em cada região.

Para a maioria das famílias brasileiras que percorrem esse país atrás de trabalho no campo, a infraestrutura rodoviária brasileira aberta nas áreas de agronegócio é uma forma de acesso ao mercado de trabalho em áreas de agricultura ou de agroindústrias no Centro Oeste, no Sudeste e no Sul do país. Esses grupos transitam por essas áreas atrás de trabalho temporário, conforme as safras de cada produto que estão no período de ser colhido, ceifado ou plantado.

Dentro dos fatos observados, as famílias trabalhadoras e produtoras mantêm uma disputa: as do “Sul” e as do “Nordeste”, o que constitui um tipo de controvérsia política e territorial, no qual se definem os tipos de características sociais. As famílias do “Nordeste” definem-se como de trabalhadores que só

estão de passagem; os “sulistas” são os que se sedentizam na região, produzindo ou trabalhando para um grande produtor. Essas análises do trabalho das famílias dependem especificamente de cada região do país, dependendo também da oferta de salário de maior remuneração alocando o interesse nas famílias para irem até essa fonte de “riqueza”.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos argumentos dos autores que vimos ao longo desta monografia – Boito Jr. (2005), Iglécias (2007) e Heredia, Palmeira e Leite (2010).

TABELA DA REVISÃO DE LITERATURA

AUTORES	DEFINIÇÃO DE AGRONEGOCIO	RELAÇÃO POLÍTICA COM O ESTADO	CONCLUSÃO
HEREDEIA, PALMEIRA E LEITE	Um tipo de agricultura para negócios lucrativos	Ação conjunta com a iniciativa privada dos empresários com o Estado	Aumento contínuo das relações entre empresários e Estado desde o governo militar com viés de lucro, em que os “sulistas” predominam
IGLESIAS	Agricultura subsidiada pelo Estado, que se transforma em agronegócio	Participação de empresários rurais no poder Legislativo para suas reivindicações nos âmbitos nacional e internacional, como também para a regulamentação pública no que tange ao setor	Continuismo entre os governos FHC e Lula; este último difere no maior rigor e na rapidez das ações implementadas, favorecendo as exportações com um olhar diferenciado para os empresários juntamente com o Estado
BOITO JR.	Setor produtivo mais priorizado pelo governo	Estímulo a um governo neoliberal e parceria com a burguesia industrial e agrária	O objetivo do agronegócio é a exportação para beneficiar a burguesia nacional e principalmente o capital financeiro

FONTE: o autor, a partir de Boito Jr. (2005), Iglécias (2007) e Heredia, Palmeira e Leite (2010).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as observações feitas ao longo deste trabalho, pode-se verificar que o agronegócio no Brasil tem diversas características como o de parcerias do Estado com instituições privadas, no que diz respeito às entidades de representação de cada setor, verificando papéis de proeminência política com o Estado para construção de forças e direitos no mercado internacional.

Essa atuação apresenta-se nos pedidos feitos oficialmente pelo Brasil aos órgãos internacionais no sentido de respeito aos direitos de livre iniciativa e concorrência equilibrada no mercado mundial. Isso não é por acaso: como se pode ver, há empresários rurais em altos cargos no poder Legislativo, auxiliando suas especialidades no setor do agronegócio ao fazerem seus pedidos de financiamento e ao realizar práticas de protecionismo para um melhor mercado nacional. Essas ações ocorrem em um tipo de continuísmo dos governos Lula comparados com as gestão de FHC, em que um tipo de política somente favorece as empresas para exportações e o próprio governo.

O agronegócio apresenta um papel de suma importância para três grandes grupos político-econômico-sociais: o Estado, as entidades de classe (como as do algodão e do álcool) e os próprios empresários. São alocados conjuntos de representantes de cada setor contribuindo para o melhor desempenho do negócio mais lucrativo que é o do agronegócio. Tal setor, a partir de redemocratização e com a abertura das portas para o mercado internacional, passou por um grande aumento nos financiamentos pelo governo nas suas políticas públicas; o agronegócio modificou suas atividades para um novo paradigma, que é o do neoliberalismo, em que se supervaloriza o capital

financeiro internacional e nacional.

Percebe-se que, por intermédio do governo, as atividades do agronegócio especificam diretamente as qualidades necessárias para o financiamento de suas tecnologias e requerem um tipo regulamentação; esses elementos podem transformar em leis as normas produtivas em termos de qualidades para exportação. Nesse tipo de parceria, os empresários necessariamente se integram para melhor fazerem frente aos pedidos e representações na OMC.

Em tal cenário, os trabalhadores são advindos de diversas regiões do país, principalmente do Nordeste e do Sul. As populações originárias desta última região têm predominância nas plantações de maior permanência nas atividades; já os nordestinos constituem grupos que atuam sazonalmente.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BOITO JR., Armando. 2005. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 52-76. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica21-A-Boito_Jr..pdf.

Acesso em: 19.ago.2011.

HEREDIA, Beatriz; **PALMEIRA**, Moacir & **LEITE**, Sérgio Pereira. 2010. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>. Acesso em:

19.ago.2011.

IGLÉCIAS, Wagner. 2007. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política – as batalhas do açúcar e do algodão na OMC. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 28, p. 75-97, jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a06n28.pdf>. Acesso em:

19.ago.2011.